

## O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL MILITAR

*Palavras do ministro da Defesa, Celso Amorim, na cerimônia de abertura da Segunda Semana do Patrimônio Histórico e Cultural Militar*

**Rio de Janeiro, 2 de julho de 2012**

Senhoras e senhores,

Dou as boas vindas aos gestores de arquivos e bibliotecas militares e civis, estudantes universitários e demais participantes interessados em discutir a preservação e a divulgação dos acervos documentais relacionados com a história militar brasileira.

Esta Semana do Patrimônio Histórico e Cultural Militar volta nossas atenções para a importância da preservação da memória coletiva na vida de uma sociedade.

A salvaguarda e a abertura ao público de fontes documentais em acervos e arquivos revestem-se de grande valor tanto do ponto de vista do entendimento histórico quanto no que diz respeito ao amadurecimento da própria sociedade.

Para nos aproximarmos desse tema, permitam-me recordar três benefícios derivados do estudo da História, apontados pelo célebre filósofo David Hume em seus famosos *Ensaio*: desenvolver a compreensão, fortalecer a virtude e estimular a imaginação.

★ ★ ★

Um dos principais resultados que se pode esperar de encontros como o de hoje é a clara compreensão de que a história do Brasil está inseparavelmente ligada à sua história militar.

As Forças Armadas foram protagonistas na formação e na expansão do estado e da sociedade.

Na colônia, a batalha dos Guararapes, em 1648, foi uma das campanhas que ajudaram a moldar a nacionalidade, unindo africanos, indígenas e lusitanos em causa comum.

Na Independência, o nascente poder naval brasileiro assegurou a unidade nacional ao debelar resistências em províncias do Norte, Nordeste e Sul.

Na República, o Correio Aéreo Nacional interligou os centros urbanos aos mais longínquos pontos do território brasileiro.

A ampla documentação existente nas Forças sobre a participação de nossos marinheiros, soldados e aviadores em defesa da democracia na Segunda Guerra Mundial registra a bela página escrita pelo país nesse importante capítulo da história.

Essas passagens, dentre tantas que poderia mencionar, indicam a importância do aporte militar à formação histórica do Brasil.

Sua contribuição também foi – e segue sendo – sentida na vida intelectual do país. Na área de ensino e pesquisa, o legado das instituições militares para a tecnologia de ponta no país é de conhecimento geral.

Outra página dessa história está sendo escrita, sob a direção do Ministério da Defesa, pela ênfase que a Estratégia Nacional de Defesa conferiu aos setores estratégicos nuclear, cibernético e aeroespacial.

O avanço nessas áreas renovará o pioneirismo das Forças Armadas brasileiras no desbravamento de novas fronteiras.

Em um país felizmente pacífico como o nosso, o reconhecimento desse influxo histórico, que se estende pelo presente e toca o futuro, tem o mérito de ressaltar o imperativo de Forças Armadas aptas a cumprir suas destinações constitucionais.

É justo ressaltar o importante concurso dos órgãos responsáveis, em cada Força, pela preservação da memória e da documentação histórica.

São conhecidos os trabalhos da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha e da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, bem como deste Instituto Histórico Cultural da Aeronáutica, entre outros.

As Forças são guardiãs de um importante patrimônio material. Seria ocioso elencá-lo, mas faço questão de recordar a preciosidade de construções como a Fortaleza de São José, dos fuzileiros navais da Marinha do Brasil; o Forte Príncipe da Beira, pertencente ao nosso Exército e ilustração viva da interligação diplomático-militar em nossa história, pois sua construção ocorreu na esteira do Tratado de Madri; e da Base Aérea de Santa Cruz, patrimônio da ainda jovem Força Aérea Brasileira.

Permitam-me acrescentar, em nota bastante concreta sobre esse processo, que o levantamento da produção documental sob guarda do Ministério da Defesa, bem como sua preservação e divulgação, tem ocorrido com grande eficiência.

No âmbito do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal, o Ministério já concluiu a preparação do código de classificação e da tabela de temporalidade relativa a seus documentos.

O MD deverá ser o primeiro ministério a ter esses instrumentos depositados no Sistema Nacional de Arquivos, o SINAR.

O MD também tem se destacado pela celeridade com que vem implementando a Lei de Acesso à Informação. 72% das demandas feitas até agora ao Serviço de Informação ao Cidadão já foram atendidas, e estou certo de que os outros 28% o serão rapidamente.

Posso dizer que o Ministério não vai apenas responder demandas por informação: em sua nova página de internet, o portal da Defesa, será proativo no oferecimento de uma vasta gama de informações sobre a área de sua responsabilidade.

★ ★ ★

O trabalho de documentação histórica mantém estreito vínculo com a construção democrática do Brasil.

Tenho afirmado que democracia e defesa não são contraditórios, mas complementares. Um elemento essencial para esse mútuo reforço é o envolvimento da sociedade brasileira com os temas de defesa, que vem ocorrendo em vários níveis de diálogo e interação.

Um bom exemplo foi o processo que está culminando com o Livro Branco de Defesa Nacional, cuja publicação está programada para este semestre, e que apresentará a política e as capacidades de defesa do país ao conhecimento e à reflexão pública.

No Brasil de hoje a transparência é força e não debilidade.

Na linha da observação de Hume, pode-se dizer que o estudo dos assuntos de defesa fortalece a virtude democrática, ao abrir essa área ao amplo conhecimento da coletividade.

O contato da sociedade com os temas de defesa fortalece, também, os valores da pátria, da honra e do dever, virtudes cívicas indispensáveis a um país consciente de seus desafios e pronto a proteger seus interesses no cenário internacional.

★ ★ ★

A afirmação de Hume de que a História estimula a imaginação poderia parecer contraditória, se adotássemos uma visão mecanicamente determinista.

A ação política desassombrada rejeita, porém, este entendimento simplista. Entre a inação ditada pelo realismo excessivo e a irrelevância imposta pelo idealismo extremado situa-se o espaço aberto à imaginação e ao progresso.

A imaginação não dispensa a história; antes procura valer-se dela para compreender o valor de soluções tradicionais e conceber esquemas inovadores.

Essas considerações têm repercussão direta na área de defesa.

Como afirma um dos formuladores da Estratégia Nacional de Defesa, o professor Mangabeira Unger, o sucesso nos assuntos de defesa envolve a capacidade de dissociar e recombina modelos disponíveis de organização do poder militar.

O conhecimento do patrimônio histórico e cultural militar brasileiro é uma base necessária para a formulação de nossa política de defesa. Ilustro essas considerações fazendo rápida referência ao tema da cooperação em matéria de defesa.

A política de defesa brasileira conjuga uma estratégia dissuasória, que visa a evitar ameaças e agressões à soberania do país, a uma estratégia cooperativa.

Essa estratégia cooperativa é voltada sobretudo para nosso entorno e especialmente para a América do Sul, onde o Brasil deseja construir um cinturão de boa vontade que afaste tensões e instabilidades que possam comprometer sua própria segurança ou limitar suas ações no plano internacional.

Rejeitamos, assim, a velha ideia de que o conflito ou a assimetria determinam as relações do Brasil com seus vizinhos.

Com a Argentina, nossa histórica cooperação na área nuclear rompeu paradigmas e estabeleceu-se como exemplo mundial de superação de rivalidades.

Constitui, na verdade, o esteio jurídico do respeito internacional ao nosso programa nuclear. Hoje, estendemos essa relação positiva, baseada na construção de confiança, por meio do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL.

Para aprofundarmos e ampliarmos essa estratégia de cooperação, dependemos da imaginação de novas possibilidades.

Vejo com muita felicidade que, hoje, jovens estudiosos de Relações Internacionais ou Ciência Política, civis e militares, se dedicam não apenas ao tema clássico e geral da dissuasão como também à prática crescente da cooperação em defesa na América do Sul.

É importante que, progressivamente, os temas de nosso relacionamento com a África, vitais para a segurança do Atlântico Sul, também sejam objeto de pesquisa.

A discussão desse e de tantos outros temas é tornada possível por iniciativas relacionadas à preservação e à acessibilidade da documentação histórica, não só a relativa a eventos já longínquos, mas também àqueles do passado recente, que constituem aquilo que, de modo algo contraditório, chamamos de “história contemporânea”.

Estou convencido de que reflexões como as que ocorrerão no evento desta semana contribuem para a vitalidade dos estudos de nossa história militar.

★ ★ ★

O grande arquiteto e humanista Lucio Costa comentou certa vez, a propósito da criação do Serviço do Patrimônio Histórico brasileiro, que o país se singularizava pelo fato de que os estudiosos das coisas antigas eram os mesmos interessados nas coisas do presente.

Penso que um espírito similar deve orientar os debates desta Semana do Patrimônio Histórico e Cultural Militar.

Ao voltarmos nossas vistas à pesquisa do passado, temos um dever para com a construção do futuro.

Faço votos de que os debates ensejem uma produtiva interação entre pontos de vista, aprofundando a imbricação de perspectivas civis e militares na construção democrática de um Brasil mais forte, justo e desenvolvido.

Declaro aberta a Segunda Semana do Patrimônio Histórico e Cultural Militar.

Muito obrigado.